

O MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA E O DISCURSO DOMINANTE SOBRE A LÍNGUA NO BRASIL

Heloisa Mara Mendes¹

Resumo: Neste trabalho, analisamos parte dos espaços permanentes de exposição do Museu da Língua Portuguesa a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa. Mais especificamente, partimos da hipótese de que há, no Brasil, um discurso dominante sobre a língua portuguesa, que pode ser descrito como uma formação discursiva, e procuramos verificar se o museu pode ser considerado caudatário desse discurso. Para tanto, assumimos a recategorização da noção de formação discursiva proposta por Dominique Maingueneau.

Palavras-chave: Análise do Discurso; formação discursiva; Museu da Língua Portuguesa.

Resumen: En este trabajo, analizamos parte de los espacios permanentes de exposición del Museu da Língua Portuguesa a partir de la perspectiva teórica del Análisis del Discurso. Más específicamente, partimos de la hipótesis de que hay, en Brasil, un discurso dominante sobre la lengua portuguesa, que puede ser descripto como una formación discursiva, y procuramos verificar si el museo puede ser considerado heredero de ese discurso. Para hacerlo, asumimos la recategorización de la noción de formación discursiva propuesta por Dominique Maingueneau.

Palabras clave: Análisis del Discurso; formación discursiva; Museu da Língua Portuguesa.

Introdução

No presente trabalho, pretendemos analisar dois espaços permanentes de exposição do Museu da Língua Portuguesa, a saber, Auditório e Palavras Cruzadas, sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa. Nossa hipótese, fundamentada, de um lado, em uma evidência de ordem mais histórica – a emergência de polêmicas em torno da língua portuguesa que frequentemente ocupam os mais diversos campos discursivos – e, de outro, na análise de um conjunto de textos, é que há, no Brasil, um discurso dominante sobre a língua portuguesa que pode ser descrito como uma formação discursiva. Nossos objetivos são descrever/analisar o funcionamento dessa formação discursiva durante o século XIX e verificar se o museu pode ser considerado uma prática dentre todas as práticas discursivas pertencentes a ela, no que concerne ao tema da história da língua portuguesa.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos, UFU. Obteve apoio da PROPP-UFU para a realização deste trabalho.

Apontamentos sobre a noção de formação discursiva

Em *Unidades tópicas e não tópicas*, primeiro capítulo de *Cenas de Enunciação*, Maingueneau (2006) propõe que a noção de formação discursiva seja tomada como uma unidade não tópica de análise, ou seja, como uma unidade de análise cujas fronteiras devem ser delimitadas pelo pesquisador e, também, devem ser especificadas historicamente. Os *corpora* correspondentes às formações discursivas podem conter uma grande variedade de tipos e de gêneros do discurso, de campos, de aparelhos e de registros. Podem também, dependendo da vontade do pesquisador, conter *corpus* de arquivos e *corpus* construído pela pesquisa como, por exemplo, testes, entrevistas e questionários.

Para o autor, o discurso racista é um exemplo de formação discursiva; sua delimitação e estudo requerem a constituição de um *corpus* heterogêneo, cujos textos de gêneros diversos apresentam um foco único que os torna convergentes: “atrás da diversidade dos gêneros e dos posicionamentos que dizem respeito aos textos do *corpus* assim construído, encontra-se a onipresença de um ‘racismo’ inconsciente que governa a fala dos locutores” (MAINGUENEAU, 2006, p. 17).

A partir dessa perspectiva teórica, assumimos que o discurso dominante sobre a língua portuguesa no Brasil pode ser descrito como sendo uma formação discursiva, nos mesmos termos em que Maingueneau aponta o discurso racista, ou seja, como uma unidade não tópica de análise, isto é, como uma unidade não territorial, que não corresponde e nem se restringe a espaços pré-delineados pelas práticas históricas. Sendo assim, procuramos demonstrar que, ao longo do tempo, mais especificamente, ao longo do século XIX, e por trás da diversidade de gêneros discursivos e posicionamentos que sustentam os textos que recortamos para análise, há a onipresença de um “discurso sobre o bom uso da língua portuguesa” inconsciente que dirige a fala de seus locutores.

O discurso dominante sobre a língua portuguesa no Brasil no século XIX

No Brasil da primeira metade do século XIX, há indícios de que o discurso sobre a língua portuguesa tem em pauta a diferenciação linguística com relação a Portugal e a criação de neologismos,² ora como forma de reafirmar a erudição, ora como forma de reafirmar o

² Os indícios referem-se a *Brasileirismos*, de Visconde de Pedra Branca (1824-1825), texto escrito em francês em que o autor opõe o francês ao português e, a este, o “idioma brasileiro” e aponta, como traço fonológico específico do Brasil, o falar mais doce, mais ameno, e como traço lexical, algumas especificidades semânticas, resultado de empréstimos indígenas e de diferentes colônias portuguesas. Referem-se, também, a *Advertência* à

progresso brasileiro. A nosso ver, essas duas formas de defesa da criação de neologismos convergem para a negação do sentimento de marginalidade da ex-colônia com relação à metrópole e se dá de forma análoga àquela apontada por Antônio Candido com relação à literatura, isto é, por meio do

duplo processo de integração e diferenciação, de incorporação do geral (no caso, a mentalidade e as normas da Europa) para obter a expressão do particular, isto é, os aspectos novos que iam surgindo no processo de amadurecimento do País. (CANDIDO, 1987, p. 179)

Segundo Candido (1987, p. 177), ao escritor convinha tornar-se um cidadão da “República universal das letras”, incorporando o geral, mas cabia também contribuir com essa República, expressando o particular, já que esses eram fatores determinantes para que a nação pudesse ser reconhecida como sendo civilizada.

Somente na segunda metade do século XIX é que o reconhecimento do português do Brasil como uma língua diferente do português de Portugal se torna uma questão de interesse “nacional”. No discurso sobre a língua desse período, há a defesa da variedade brasileira da língua portuguesa, embora persista a reverência aos clássicos portugueses e a aceitação da gramática normativa lusitana, vista como algo que não interferia na autonomia nacional.

Na *Introdução de Florilégio da poesia brasileira*, Varnhagen (1850) afirma que, apesar do polimento da língua e da literatura portuguesa, na época da colonização do Brasil, elas não chegam ao país com os novos colonos. Por essa razão, para Varnhagen, o português brasileiro é diferente do português europeu no léxico – *jacarandá* e *Ipiranga* são palavras que geram riso em Portugal – e na pronúncia – cujas diferenças consistem em “fazer ouvir abertamente o som de cada uma das vogais sem fazer elisões do *e* final, nem converter *o* em *u*, e em dar ao *s* no fim das sílabas o valor que lhe dão os italianos, e não o do *sch* alemão” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 22). Ainda que reconheça diferenças lexicais e fonético-fonológicas entre o português do Brasil e o português de Portugal, no *Prólogo* da mesma obra, o argumento de Varnhagen (1847), reproduzido a seguir, assenta-se na manutenção da norma lusitana e na recorrência aos clássicos portugueses:

Longe de nós consignar a idéia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os nossos melhores escritores, – os que mais agradam ao Brasil, foram os que mais os folhearam. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 20)

Gonçalves Dias (1857), por sua vez, apesar de também defender o direito dos brasileiros de “aumentar e enriquecer a língua portuguesa”, opina que os literatos devem estudar a língua por meio da leitura de bons autores portugueses, gregos e latinos, como complemento da língua pátria. Em carta a Dr. Pedro Nunes Leal, suas ideias são assim resumidas:

- 1º - A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português.
 - 2º - Que uma só coisa fica e deve ficar eternamente respeitada a gramática e o gênio da língua.
 - 3º - Que se estudem muito e muito os clássicos, porque é miséria grande não saber usar das riquezas que herdamos.
 - 4º - Mas que, nem só pode haver salvação fora do Evangelho de S. Luís, como que devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir coisas ou novas ou exclusivamente nossas.
- E que enfim o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que não a achem bonita. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 38)

No discurso sobre a língua do Brasil no século XIX, apesar de haver uma defesa da variedade brasileira da língua portuguesa, principalmente por meio da criação de palavras novas, emerge uma atitude linguística purista, baseada no modelo europeu, como forma de negar o atraso. Leite destaca a submissão literária e linguística que ocorreu, no Brasil, motivada pelo desejo da elite local de imitar a sociedade de além-mar, mas, também, por uma necessidade de essa elite se manter no poder:

Alencar foi acusado de praticar uma linguagem descuidada, cheia de neologismos e galicismos. Dessa polêmica tomaram parte tanto portugueses quanto brasileiros contra Alencar. Em verdade, o centro das atenções era Portugal e a produção linguística brasileira era toda voltada para lá e, portanto, o que escapasse à norma clássica portuguesa era duramente criticado. Diga-se, ainda, que *os brasileiros eram mais rígidos que os próprios portugueses, pois queriam deixar patente sua erudição e provar não serem provincianos*. (LEITE, 2006, p. 27, grifo nosso)

Durante dez anos e à medida que era atacado, José de Alencar procurou justificar suas supostas incorreções. Esse período vai da publicação do *Poscrito de Diva*, em 1865, à polêmica com Joaquim Nabuco, ocorrida em 1875.

Alencar (1865) defende o progresso na língua por meio do emprego de neologismos, mas, assim como Gonçalves Dias (1857), não assume uma ruptura com a norma lusitana. Alencar sustenta o argumento de que o enriquecimento é bem vindo desde que não degenera a língua, não a torne impura em relação à família linguística à qual pertence, posicionamento

que, na citação a seguir, recebe um tratamento discursivo que aproxima linguisticamente Brasil e Portugal:

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, *sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se*. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 55-56, grifo nosso)

Em *Às Quintas* VII, texto publicado em *O Globo*, em 1875, por meio do qual Alencar responde às críticas de Joaquim Nabuco de que teria empregado um neologismo, o romancista se defende, recorrendo a um escritor português neoclássico e a um tradicional dicionário, o *Morais*³:

Imputa-me ter eu enriquecido a língua portuguesa com o verbo *premer*. Este motejo eu o receberia como elogio, se fosse real o fato. Mas *premer* é palavra antiquíssima de nosso idioma: e se alguma censura me coubesse seria a de *arcaísmo*, porém não de invenção ou *neologismo*.

Mas nem este merecimento eu o tenho: pois muito antes de mim Filinto Elísio, que já é clássico, havia restaurado o vocábulo, usando dele mais de uma vez, no sentido de apertar. “*prem* na destra a fiel espada”, disse ele na tradução dos *Mártires*.

Será bom que o folhetinista abra o seu dicionário de *Morais*, antes de dar regras para não lhe acontecer destas inocências. Censurar invento alheio, que não é senão invento seu próprio. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 140, destaque do autor)

Essa citação nos permite afirmar que, no impulso de apresentar suas defesas, Alencar recorria a clássicos e a gramáticos portugueses e latinos, o que, em alguma medida, aproximava seu dizer sobre a língua da ideia de erudição e, também, da ideia de unidade, como se pode comprovar por meio do emprego do possessivo “nosso”, em “nosso idioma”, cujo referente não parece ser somente Alencar e seu interlocutor, mas Alencar, seu interlocutor e os portugueses Filinto Elísio e António de Moraes Silva.

O posicionamento de Joaquim Nabuco, ao discorrer sobre “a língua do Brasil”, também é sustentado pela ideia de unidade. Em artigo publicado em 1875, em torno da polêmica que travou com José de Alencar, afirma ironicamente:

Sempre me pareceu um esforço mal compensado esse que emprega o Sr. J. de Alencar para formar uma língua, que só pode ser falada por ele e por um ou outro índio do Amazonas que venha ver o último dos seus *pajés* e recolher o idioma sagrado. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 193)

³ *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de António de Moraes Silva (1789).

Em outro artigo do mesmo ano, Nabuco, ao tratar da literatura indianista, evidencia seu posicionamento com relação à língua nacional. Para ele, a língua portuguesa é a língua do Brasil, e as línguas indígenas não passam de “dialetos selvagens”. Quanto à literatura, admite que a lenta, mas poderosa influência do exterior tornará cada vez mais sensível a diferença que começa a se manifestar entre a literatura portuguesa e a brasileira, mas não o faz com relação à língua: “São precisos séculos para que se venha a falar no Brasil uma língua diversa da portuguesa: o Sr. J. de Alencar deseja encurtar esse prazo e quer por si só criar uma língua nacional [...]” (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 196). Joaquim Nabuco é ainda mais enfático em seu discurso como secretário geral da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. [...]. A língua há de ficar perpetuamente “pro indiviso” entre nós; a literatura, essa tem que seguir lentamente a evolução diversa dos dois países, dos dois hemisférios. (O PORTUGUÊS..., 1978, p. 197-198)

Considerando os textos que recortamos para análise nesta seção, parece-nos que um ideal linguístico homogeneizador é o grande traço discursivo que emerge nos discursos sobre o português brasileiro, caracterizando, sobremaneira, a formação discursiva sobre a língua portuguesa que estamos tentando descrever. A partir desse ideal, pressupõe-se que há um bom uso da língua portuguesa, esse bom uso está registrado nas gramáticas, está associado a um grupo bem definido e é representativo de uma nacionalidade. Tomado como a língua esse bom é tomado como sendo dotado de singular unidade.

“Nossa língua nasceu em Portugal”

No Museu da Língua Portuguesa, três espaços permanentes de exposição privilegiam o tema da história da língua portuguesa: Auditório, Palavras Cruzadas e Linha do Tempo. *Grosso modo*, esses espaços expositivos, discursivamente, parecem se caracterizar por uma preocupação em reiterar a unidade linguística entre Brasil e Portugal – questão bastante recorrente no discurso dominante sobre a língua portuguesa que descrevemos na seção anterior –, em valorizar a origem europeia do português usado no Brasil, em restringir as línguas indígenas, africanas e de imigrantes a certa “influência” no léxico e, assim, transmitir a ideia de continuidade na transposição da língua de Portugal para o Brasil e de estabilidade

do código linguístico desde então. Em função dos limites deste trabalho, nossas análises privilegiarão dois desses espaços, a saber, Auditório e Palavras Cruzadas.

No Auditório, sala localizada no terceiro andar do museu à qual se tem acesso por meio de um ingresso com hora marcada, é exibido um vídeo sobre a origem da linguagem humana e, conseqüentemente, da língua portuguesa usada no Brasil. O argumento que fundamenta esse vídeo foi escrito pelo antropólogo Antonio Risério, e sua narração é feita pela atriz Fernanda Montenegro. Reproduzimos o texto a seguir:

A linguagem humana surgiu há milênios, mas não resta nenhuma sombra ou registro da primeira palavra, do primeiro canto, da primeira dança. Tudo isso ficou invisível no tempo. Com a linguagem, nasceu um universo propriamente humano. Razão e emoções, sonhos e projetos se organizaram e ganharam lugar. Só nós, os humanos, podemos escapar do presente e planejar o futuro. Só nós temos saudades do que passou e podemos inventar outros mundos. Nosso reino é o dos signos e nele se instaura o universo da palavra.

Não existe humanidade sem língua. É ela que dá sentido e significado ao que somos, pensamos e fazemos. A língua é como a espinha dorsal que põe de pé sociedades, organizando crenças e costumes, valores e comportamentos. Não se sabe ao certo como surgiram as milhares de línguas que existem. O que se sabe é que elas foram se formando nos mais variados cantos da Terra. Línguas diferentes entre si, cada qual com sua sonoridade, com seus modos de organizar as palavras, com seus timbres.

Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna, e as palavras dessa língua nos abrigam e envolvem. *Nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais. Hoje, ela é falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta.* Entre os séculos XV e XVI, os portugueses se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras, levando a sua cultura e a sua língua. *E os portugueses chegaram ao Brasil.*

No Brasil, o português sofreu influência de línguas indígenas e africanas, e também das línguas de imigrantes. Os encontros e desencontros entre essas culturas e falares criaram uma língua única, original, e que continua a se reinventar todos os dias, pelas ruas e praças do país, nos seus ritmos e ritos, nos poemas e nas canções.

Pensamos em português, sentimos em português, criamos em português. É esta língua que nos faz ser quem somos. É com ela que afirmamos e expressamos a nossa identidade. Nossa língua é o nosso melhor retrato, a nossa pátria mais profunda.

*No Brasil, a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção. Aqui vive a grande maioria de seus falantes: gente que ajuda a conduzir pelo planeta o destino desse nosso antigo e belo idiomaterno (grifo nosso).*⁴

A afirmação de que “nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais” parece tender para um percurso argumentativo que visa a diferenciar a variedade linguística brasileira da variedade europeia, pelo menos, por meio do dêitico “nossa” que, aparentemente, recobriria apenas a língua dos brasileiros. No entanto, a sequência discursiva seguinte não deixa dúvidas de que, no Museu da Língua Portuguesa, “nossa língua” é aquela “falada por

⁴ As citações dos espaços expositivos permanentes foram registradas por nós, em vídeos e fotografias, quando de nossas visitas ao Museu da Língua Portuguesa.

mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”, trata-se de uma língua comum, supostamente, una.

As línguas indígenas e africanas, bem como as línguas de imigrantes, de acordo com o texto, são tomadas como tendo influenciado o português em nosso país (“no Brasil, o português sofreu influência de línguas indígenas e africanas, e também das línguas de imigrantes”), mas note-se que essa consideração se dá por meio do emprego do verbo “sofrer” cujas acepções estão, majoritariamente, associadas a dor, prejuízo, resignação. A contribuição efetiva dessas línguas e de seus povos como elementos definidores da identidade nacional parece não ser reconhecida ou fica mais restrita ao léxico, visto que, no momento em que o texto menciona o português “no” Brasil, palavras, como miçanga, pitanga, sabiá, axé, ogum, bonsai, abajur, ateliê, esfirra, blitz, pizza, entre outras, são projetadas no vídeo.

A assunção de que temos uma “língua única, original, e que continua a se reinventar todos os dias”, isto é, a assunção da variação e mudança linguísticas, não é suficiente para superar o processo de apagamento da história social do Brasil que o texto opera, visto que a ideia de unidade, pressuposta no fato de o português ser falado, hoje, “por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”, é reiterada no seu trecho final: “No Brasil, a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção. Aqui vive a grande maioria de seus falantes: gente que ajuda a conduzir pelo planeta o destino desse nosso antigo e belo idiomaterno”.

No trecho citado, novamente, a direção argumentativa que parecia tender para a “defesa” da variedade brasileira da língua portuguesa como sendo diferente das demais, por meio da afirmação de que, aqui, “a língua portuguesa atingiu um alto grau de mistura e invenção”, recai sobre o pressuposto de que a língua portuguesa é una. Em “aqui vive a grande maioria de seus falantes”, o escopo de “seus” parece ser tão somente falantes de língua portuguesa, mas não “falantes de língua portuguesa com alto grau de mistura e invenção”. No texto, a ideia de unidade é, ainda, recuperada pela última referência à língua como “nosso antigo e belo idiomaterno”, em que o pronome possessivo “nosso” não é, em medida alguma, referente de “eu e você”, enunciador do discurso do museu e visitante brasileiro, mas alude a todos os falantes nativos de língua portuguesa. Em certa medida, o discurso sobre o português usado no Brasil que emerge no Auditório do Museu da Língua Portuguesa parece corresponder à estruturação sintática *p mas q*, em que a língua portuguesa é reconhecida como heterogênea, ou seja, está sujeita a variações e mudanças, embora o argumento mais forte, ou

seja, aquele introduzido pelo operador argumentativo *mas*, seja o de que se trata de uma língua dotada de singular unidade.

O emprego dos dêiticos que destacamos aqui, “*nossa língua*”, “*nosso belo idiomaterno*” e “*seus falantes*”, aparentemente, apresenta certa inconsistência referencial: parece querer ancorar o discurso do museu ao português brasileiro e seus usuários, mas não se desvencilha de elementos que, historicamente, são tomados como representativos de uma “tradição” e uma “cultura”. Essa aparente inconsistência, a nosso ver, é reveladora do duplo processo de integração e diferenciação descrito por Candido (1987) com relação à literatura, mas que também se dá com relação à língua, conforme apontamos na seção em que descrevemos a formação discursiva do bom uso da língua portuguesa. O discurso sobre a língua do Brasil que tem lugar no museu, cinco séculos após o período colonial, ainda procura expressar o que lhe é particular sem deixar de recorrer à sua incorporação ao geral, ao lusitano. Ao sustentar seu discurso na ideia de unidade, em alguma medida, o museu atualiza algumas características presentes nos discursos sobre a língua portuguesa do século XIX, a saber, a preconização da unidade linguística com Portugal e, conseqüentemente, a mobilização do uno como uma forma de negar o atraso com relação aos valores europeus, o que coloca em cena a definição de língua portuguesa que, na formação discursiva que descrevemos, a restringe a um de seus usos, o “bom uso”.

A unidade linguística entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal, indicada no texto veiculado no Auditório, tem conseqüências, por exemplo, no modo como a identidade nacional brasileira é descrita e ressignificada no interior do museu.

No que se refere à identidade cultural brasileira, Orlandi (1990, p. 56) afirma que “o índio é totalmente excluído”, ele “não entra nem como estrangeiro, nem sequer como antepassado”. Argumento semelhante é defendido por Dias (1996, p. 74), para quem,

a situação do índio é interessante, porque se aponta para uma contradição: ele é membro da nação, mas não participa constitutivamente dela. [...] O seu lugar na história da nação é um lugar “pontuado” [...]. Na linguagem, ele participa emprestando nomes a cidades, instrumentos, comida, etc, isto é, ele se substancializa numa voz que se manifesta no léxico.

O processo de apagamento do índio da identidade cultural brasileira tem sido mantido durante séculos e se produz pelos mecanismos mais variados, dentre eles, a linguagem. No Auditório do Museu da Língua Portuguesa, afirmações como “*nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais*” e “*e os portugueses chegaram ao Brasil*” são

exemplares desse processo, uma vez que se pode inferir, a partir desses enunciados, que nossos antepassados são os portugueses e que o Brasil, no século XVI, não passava de uma extensão de terra. Esse processo de apagamento que, a nosso ver, não se restringe, no museu, a traços indígenas, mas apreende traços africanos e de imigrantes não portugueses, também pode ser verificado em Palavras Cruzadas.

Localizada no segundo andar, Palavras Cruzadas tem nome de jogo, mas longe de colocar à prova a capacidade dos jogadores de, a partir de pistas, completar linhas com quadrados em branco que se cruzam, as oito “lanternas” (ou totens) que formam a instalação dispõem de computadores com telas sensíveis ao toque que permitem ao visitante tocar as palavras de seu interesse, ouvir sua pronúncia em língua portuguesa e na língua referente ao totem e obter seu significado. Compõem cada um dos totens, nas partes opostas à da tela (os totens tem formato triangular), uma espécie de vitrine na qual estão expostos objetos relacionados à cultura em questão e um texto “explicativo” sobre a língua.

A instalação é apresentada por meio do seguinte texto, de autoria de Leandro Karnal, historiador e professor da UNICAMP:

A língua é rica em sons e idéias, mas também produz ações. Todos os gestos são definidos com palavras: andar, pintar, amar, construir, compartilhar. Tudo o que eu faço está acompanhado de um pensamento ou de uma frase em minha língua. Esta parte do museu é denominada palavras cruzadas. *Aqui, há objetos de diversas culturas integrantes da aventura que nos envolve: a língua portuguesa. São lanternas que possibilitam espiar culturas que formaram nosso modo de falar.* Neste espaço, você não encontrará objetos típicos de museus: únicos, muito antigos e de valor monetário alto. Estão expostas peças cotidianas, coisas concretas feitas por falantes de mundos indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Elas traduzem crenças, jogos, culinária e afeto. Estão vivas! Mais do que peças antigas, são pedaços da criatividade atual de muitos povos. *Trazidos à força da África, massacrados no contato com o branco ou oprimidos na terceira classe de um navio de imigrantes, eles expressam parte da saga difícil da construção do que hoje chamamos Brasil. Os objetos dizem: apesar de tudo, nós sobrevivemos! Língua, no fundo, é vida!* (grifo nosso)

Nesse texto, a afirmação de que “aqui, há objetos de diversas culturas integrantes da aventura que nos envolve: a língua portuguesa”, a língua portuguesa do Brasil é descrita como uma “aventura”, e a participação dessas culturas na constituição da variedade linguística brasileira fica restrita à sua modalidade oral, visto que os totens que formam a instalação são definidos como “lanternas que possibilitam espiar culturas que formaram nosso modo de falar”.

A ideia de aventura pressuposta na constituição da identidade cultural e linguística brasileira é reiterada no trecho final do texto sob a forma de “saga” – “eles expressam parte da

saga difícil da construção do que hoje chamamos Brasil” –, o que, em alguma medida, reitera o que também é expresso no vídeo apresentado no Auditório, a saber, o protagonismo dos portugueses, que “se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras, levando a sua cultura e a sua língua”, em detrimento dos demais povos que participaram da história social do Brasil e do consequente processo de apagamento de sua efetiva participação nessa história.

Ainda com relação ao trecho final, acreditamos que seja possível afirmar que, no Museu da Língua Portuguesa, o índio, o africano e o imigrante não são somente substancializados na linguagem, por meio de uma voz que se manifesta no léxico, são, também, reificados, o que pode ser comprovado por meio do último parágrafo do texto, reproduzido anteriormente, em que as expressões “trazidos à força da África”, “massacrados no contato com o branco” e “oprimidos na terceira classe de um navio de imigrantes”, bem como o emprego catafórico do pronome “eles”, fazem referência a “objetos”, mas não a africanos, índios e imigrantes.

Com relação especificamente ao processo de apagamento do indígena (e, consequentemente, do contexto multilinguístico brasileiro) operado nesse espaço do museu, podemos afirmar que ele se dá de forma análoga àquela que pode ser identificada também no Auditório, ou seja, por meio de afirmações que colocam o índio e sua cultura sob a forma de “influências” no léxico. No totem dedicado à língua tupinambá, lê-se:

Quando em 1500 os portugueses chegaram ao Brasil, na região de Porto Seguro, Bahia, encontraram ali um povo que falava uma língua completamente desconhecida dos europeus. Era o povo tupinakī, que falava a língua tupinambá. A maioria dos povos que viviam ao longo da costa, desde o Rio de Janeiro até o Ceará, falava essa mesma língua. Foi com a língua tupinambá que os colonos portugueses tiveram contato mais estreito durante o século XVI. Para entender-se com os indígenas, a fim de conhecer a nova terra e nela viver, muitos deles tiveram de aprendê-la. Desse contato resultou a grande influência do tupinambá no vocabulário do português do Brasil. Milhares de nomes comuns e nomes de lugares que utilizamos hoje em todo o país são palavras tupinambás.

No totem em questão, o Museu da Língua Portuguesa, em alguma medida, parece tomar as línguas indígenas como pertencentes ao território brasileiro, mas não parece assumi-las como sendo um elemento definidor da identidade nacional, adotando, portanto, uma “posição moderada”, tal como aquela assumida por filólogos da escola brasileira que, de acordo com Teyssier (1982, p. 92), “reconhecem, a um tempo, a originalidade linguística do Brasil e a superior unidade da língua portuguesa”.

Na perspectiva desse autor, durante bastante tempo, as especificidades do português do Brasil foram explicadas como o resultado de influências ameríndias ou africanas, tal como parece ser a explicação adotada pelo museu. No entanto, a partir da influência exercida pelos romances indianistas, aqueles que estavam insatisfeitos com a identificação das raízes tupi restritas à toponímia e ao vocabulário, passaram a explicar certos traços particulares da fonética, da morfologia e da sintaxe do português brasileiro, por meio do substrato tupi: “a mania do tupi levou a exageros evidentes, a erros e generalizações apressadas. Depois foi a vez das línguas africanas” (TEYSSIER, 1982, p. 91). Teyssier afirma que, diante desse contexto, os filólogos brasileiros reagiram contra o que ele chama de “exageros” e, “sem negar a influência do tupi e das línguas africanas”, mostraram que muitos exemplos eram inconsistentes.

O processo de apagamento do africano como elemento definidor da identidade nacional brasileira não é muito diferente do processo referente ao apagamento do indígena. Reproduzimos o texto que acompanha o totem dedicado às línguas africanas quicongo, quimbundo, umbundo:

Entre os séculos XVI e XIX, foram trazidos para o Brasil entre quatro e cinco milhões de africanos escravizados. Mais da metade deles foi embarcada à força em navios ancorados entre o Gabão e o sul de Angola, bem como na costa de Moçambique. Essa multidão de homens, mulheres e crianças falavam línguas aparentadas, do grande grupo lingüístico banto. Transportados como cativos por todo o Brasil, foram povoando a língua portuguesa de palavras novas e sonoras. Foram carimbando nela seu jeito de viver e de ver o mundo. Hoje, quando dizemos *muleque*, *bunda*, *tanga*, *quindim* ou *quitanda*, estamos ecoando as palavras pronunciadas por essas incontáveis vozes africanas.

Ao afirmar, por exemplo, que os africanos transportados por todo o Brasil falavam línguas aparentadas, o Museu da Língua Portuguesa coloca em cena certa unidade entre essas línguas (um aspecto sobre o qual também se sustenta boa parte das afirmações sobre a língua portuguesa) e silencia o fato de que os senhores de engenho seguiam critérios linguísticos para separar os escravos e, assim, evitar que se comunicassem e se fortalecessem. No texto, o africano é substancializado sob a forma de “vozes africanas”, restritas, assim como no caso do indígena, a figurar no léxico do português por meio de palavras descritas como sendo “novas e sonoras”, uma descrição que em nada contribui para que se conheçam melhor essas línguas e sua efetiva participação na constituição do português brasileiro.

Com relação às línguas de imigrantes contempladas em um dos totens, a saber, alemão, árabe, chinês, hebraico, italiano e japonês, o Museu da Língua Portuguesa parece restringir seu alcance e “influência” à gastronomia:

A partir do início do século XIX, o Brasil recebeu várias levas de imigrantes estrangeiros, atraídos por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Italianos, alemães, japoneses, sírios, libaneses, judeus, armênios, poloneses, chineses ou coreanos – eles instalaram-se principalmente nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Integrando-se à vida do país, ao mesmo tempo em que mantinham alguns de seus costumes tradicionais, acabaram deixando marcas por nossa cultura. Conquistaram os novos compatriotas principalmente pelo estômago, divulgando pelo Brasil suas comidas e temperos, oferecendo à língua portuguesa palavras exóticas e saborosas. O resultado foi uma espécie de *chop-suey* cultural, pluriétnico, multitolerante, tipicamente brasileiro, onde se pode comer quibe no caraoquê, tomar chope na cantina ou dançar xote no bar mitzvah.

Além dos aspectos que abordamos, em Palavras Cruzadas, a distribuição dos oito totens que compõem a instalação – um totem para o tupinambá; um totem para as línguas indígenas hoje; dois totens para as línguas africanas quicongo, quimbundo, umbundo, iorubá e evé-fon; um totem para o inglês e o francês; um totem para as línguas de imigrantes; um totem para o espanhol; e um totem dedicado ao português no mundo –, também evidencia o fato de que o museu assume a “influência” exercida por essas línguas na formação do léxico do português brasileiro, visto que, bem ou mal, as expõe, mas parece não legitimar essas línguas e seus povos como elementos que efetivamente contribuíram para a definição da identidade nacional. De modo geral, a instalação expõe aquilo que faz parte da história da língua portuguesa e da formação social do Brasil sob a forma de uma influência minoritária, o que coincide com o olhar de certa linguística histórica sobre a identidade linguística e cultural brasileira:

Quando os Portugueses se instalaram no Brasil, o país era povoado de índios. Importaram, depois, da África grande número de escravos. O Português europeu, o Índio e o Negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira. Mas no que se refere à cultura a contribuição do Português foi de longe a mais importante. (TEYSSIER, 1982, p. 75)

Esse olhar, talvez, possa ser justificado em função de uma das orientações seguidas por linguistas que se dedicam à história das línguas, a saber, a de que “novos grupos étnicos que entram na comunidade passam a participar das mudanças em progresso só quando começam a ganhar estatuto social, isto é, adquirem direitos e privilégios em termos de emprego, moradia e acesso à estrutura social” (FARACO, 2005, p. 195-196). No caso do

Brasil, a escravização dos índios, no período colonial, ou seja, sua marginalização com relação à organização social que se estabeleceu a partir da chegada dos portugueses, assim como a posterior escravização dos africanos, se encarregou de relegar, também a segundo plano, na esfera discursiva, a efetiva participação dessas etnias na constituição da identidade nacional brasileira.

Considerações finais

No interior do Museu da Língua Portuguesa, nos enunciados em torno da história da língua portuguesa emerge um *ethos* mítico que se materializa por meio de um enunciador que narra os acontecimentos históricos de um ponto de vista eurocêntrico e por meio de enunciados que tratam da presença da língua portuguesa no Brasil sob a forma de uma epopeia lusitana. Esse *ethos* mítico, em alguma medida, garante a construção de um passado para o português brasileiro que o enobrece e o associa a valores tradicionais e culturais europeus. Em contrapartida, o contexto multilinguístico da nação brasileira é, de certa forma, colocado às margens da identidade nacional sob a forma de uma influência minoritária restrita ao léxico, uma estratégia discursiva que parece visar a apagar o traço “selvagem” da identidade nacional.

Com base nas análises que realizamos é que consideramos que o Museu da Língua Portuguesa é, de fato, uma prática a mais dentre todas as práticas que conformam a formação discursiva do bom uso da língua portuguesa. Muitos de seus enunciados são ecos de dizeres sobre a língua registrados há mais de dois séculos. O museu recorre ao mesmo argumento de Pedra Branca (1824-1825) e de Varnhagen (1850) para afirmar certa diferença entre o português brasileiro e o português europeu, restringindo-a ao léxico e à pronúncia, tal como aparece tematizado no Auditório. A aparente liberdade no léxico, decorrente do contexto multilinguístico brasileiro, é, de certa forma, defendida, visto que, em Palavras Cruzadas, o museu expõe palavras de origem indígena, africana e estrangeira que formam parte do português brasileiro. A defesa da liberdade no léxico, mas não na norma, encontra um antecedente em Gonçalves Dias (1857), para citar apenas um exemplo. A inconsistência referencial ao nomear o português brasileiro, principalmente, por meio do emprego do pronome possessivo *nosso* não é privilégio apenas do museu, ela aparece também em José de Alencar (1875). Por fim, a reiteração da comunhão linguística entre Brasil e Portugal destacada, principalmente, no Auditório, atualiza, em certa medida, o argumento de Joaquim

Nabuco (1875), para quem a língua deveria permanecer para sempre “pro indiviso” entre brasileiros e portugueses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antônio. Literatura de dois gumes. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 163-180.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Unidades tópicas e não-tópicas. In: _____. *Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar, 2006b. p. 9-24.

O PORTUGUÊS do Brasil: textos críticos e teóricos: fontes para a teoria e a história (1820/1920). Seleção e apresentação de Edith Pimentel Pinto. São Paulo: EDUSP, 1978. v.1.

ORLANDI, Eni. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.